

2

Da conquista europeia à descolonização

*Luiz Dario Teixeira Ribeiro
(com a colaboração de Paulo F. Visentini)*

Tomando-se como marco cronológico inicial a Conferência de Berlim (1885) e final o “Ano Africano” das independências (1960), a dominação europeia sobre a África durou apenas 75 anos, o tempo da vida de um homem. Praticamente coincidiu com a vida de Winston Churchill, que nasceu em 1874, quando os europeus iniciavam sua penetração para o interior do continente, e faleceu em 1965, quando as últimas colônias britânicas na África estavam se tornando independentes.

Pode parecer pouco tempo, para um continente com mais de cinco mil anos de história documentada. Todavia, esse curto período foi intenso, além de ter sido precedido pelo impacto indireto do mercantilismo e do escravismo. Ele merece um extenso capítulo, porque, nessa fase, foram introduzidas as estruturas políticas europeias, o sistema capitalista e as ideias ocidentais, que viriam a conformar as elites, as bases socioeconômicas e o perfil dos novos Estados que emergiriam na segunda metade do século XX como integrantes do sistema westfaliano mundial.

É importante ressaltar que o imperialismo europeu, responsável por esse processo, representava a resposta defensiva a uma crise internacional que se esboçava: o declínio da *Pax Britanica* e de seu sistema liberal e o “Império Informal”. A emergência da Segunda Revolução Industrial, a ascensão de potências industriais desafiantes (tanto europeias quanto não europeias, como os Estados Unidos e o Japão) e a Grande Depressão iniciada em 1873 sinalizavam o desgaste da hegemonia inglesa. Frente a rivais mais dinâmicos em termos produtivos e comerciais, Londres passou, gradativamente, a reativar antigos mecanismos colonialistas e

protecionistas. Utilizando suas bases estratégicas (ilhas, portos e cabeças de ponte), os ingleses iniciaram a conquista de amplos espaços e se tornaram a mais extensa nação do mundo.

Mas essa grandeza constituía um sintoma de fraqueza, uma medida defensiva. Outros países europeus seguiram os passos da Inglaterra e avançaram sobre algumas áreas do mundo periférico já parcialmente ocupadas, como na Ásia, mas principalmente sobre territórios pouco povoados e mal-organizados, especialmente na África e na Oceania. A natureza e a intensidade desse processo viriam a marcar profundamente o perfil dos futuros Estados africanos. As características gerais (maior ou menor grau de controle europeu), peculiaridades e contradições do período, bem como as modalidades de ascensão à independência, ensejaram a emergência de distintos perfis para os novos estados.

2.1 O imperialismo europeu: penetração, divisão e ocupação (1860-1920)

As razões da penetração europeia

A integração da África como um dos pilares fundamentais da economia mercantilista da Era Moderna possibilitou e determinou sua reestruturação geopolítica e econômica. Surgiram ou se desenvolveram novos Estados litorâneos, como Ashanti, Benin, N'Gola, entre outros, voltados à exportação de mão de obra para as Américas. Para tal, eles adotaram os princípios monopolistas do mercantilismo e produziram seus “artigos” a partir da guerra ou do comércio com o interior. Tal atividade proporcionava rendas que mantinham e enriqueciam os governantes, seus séquitos (aristocratas, funcionários, militares) e os comerciantes locais, além de gerar demanda para gêneros agrícolas e artesanais. A esse novo tipo de organização econômica correspondeu uma profunda reorganização de rotas, parceiros e objetivos. Reagindo e respondendo às pressões do Antigo Regime (impérios absolutistas europeus), os africanos mantiveram os europeus encurralados em enclaves litorâneos (feitorias) e controlaram o pilar fornecedor de escravos até a crise do sistema.

O desenvolvimento do capitalismo, no entanto, provocou uma série de transformações que terminaram por romper o sistema e provocar uma revolução originada no polo central, a qual afetou profundamente todo o mercantilismo. As chamadas Revolução Burguesa, Revolução Atlântica, Revolução Francesa e Revolução Industrial foram, na realidade, uma revolução sistêmica, cujos efeitos exigiram e possibilitaram transformações contraditórias em todos os parceiros do Antigo Regime, reunindo-os em ritmos desiguais em uma nova estrutura.

Transformações materiais, políticas e ideológicas na origem e no resultado dessa revolução intensificaram o tráfico de escravos e sua condenação. Os Estados do litoral da África, monopolizadores da exportação de escravos, descobriram alternativas para sua crise no desenvolvimento paralelo do chamado “tráfico legal” de matérias-primas e insumos localmente produzidos. O efeito imediato foi o surgimento de novos tipos de produtos de comércio livre (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim) e da nova atividade mercantil, ao mesmo tempo em que autoridades e traficantes locais introduziam no continente a produção escravista em larga escala para suprir as lavouras de exportação (*plantation*), características do continente americano.

O processo transitório gerava instabilidade e transformação em todo o planeta, provocava tensões internas, disputas pelo controle de áreas de produção e de escoamento, mas mantinha o controle da produção e os principais ganhos nas mãos africanas e de seus Estados independentes, os quais jogavam com os importadores. A crise e as instabilidades das mudanças, acompanhadas pela luta da Inglaterra contra o tráfico de escravos, determinam novo tipo de ocupação europeia no litoral. Eram então necessárias bases navais para a repressão ao tráfico negreiro, áreas para devolução de ex-escravos e para controle de rota de exportação de produtos legais (produzidos por escravos e homens livres em terras de propriedade comunitária no interior africano).

Novos tipos de enclave instalaram-se – missões religiosas, aquartelamento e casas comerciais. Os fundamentos e mecanismos de ação eram as transcrições materializadas da nova ideologia em ascensão – o liberalismo – com seu corolário de pressão sobre os custos. Como consequência, o Estado de origem não devia ou não desejava arcar com os

custos. As fontes locais deviam suprir as despesas públicas. Com esses fatores surgiram os novos elementos que estiveram na base da conquista colonial da África – missionários, exploradores, soldados e principalmente comerciantes.

A Conferência de Berlim e a partilha da África

A intensificação da corrida por esferas de influência no território africano, originada pela disputa entre capitalistas europeus e Estados africanos como Ashanti, Benin e N’Gola, que controlavam ferreamente as exportações de novos produtos (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim), foi potencializada pela crise econômica que eclodiu na década de 1870. Para os europeus, era necessário abrir o comércio direto para os produtos africanos e os manufaturados europeus. Nesse quadro, tornou-se necessária uma ruptura do controle do acesso ao interior, que era mantido pelos Estados do litoral. Tais Estados vinham, ao longo do século XIX, estabelecendo impérios tributários com a subjugação dos vizinhos menos poderosos e, assim, compensando a repressão ao tráfico internacional de escravos.

Outro aspecto decorrente do processo foi a internacionalização, no continente, da escravidão moderna, para atender à demanda do comércio legítimo dos novos produtos. Essa situação (a utilização de escravos na produção africana) provocava o aumento da intervenção filantrópica (via missionários) e da pressão sobre os Estados europeus para intervir, com o estabelecimento de consulados e agentes para firmar acordos de proibição do tráfico de escravos e de liberalização de mercados, além do estabelecimento de esferas de interesse.

Frente aos tradicionais parceiros nas relações da Europa com o continente africano – Inglaterra, França e Portugal –, que deslocaram os outros da época mercantilista, surgiram novos competidores: o Rei Leopoldo II, da Bélgica, e empresários alemães. Se o primeiro pretendia construir um império colonial privado na África Central, os segundos desejavam estabelecer esferas de influência no litoral dos territórios com projeção para o interior, nas áreas não controladas pelas potências tradicionais. Métodos privados, através de empresas que recebiam apoio estatal e de entidades filantrópicas, foram empregados. Associações

aparentemente internacionais de exploração, além de companhias com carta de direitos emitidos por potências europeias, mesclaram-se nessa corrida gerando desconfiança recíproca e instabilidade.

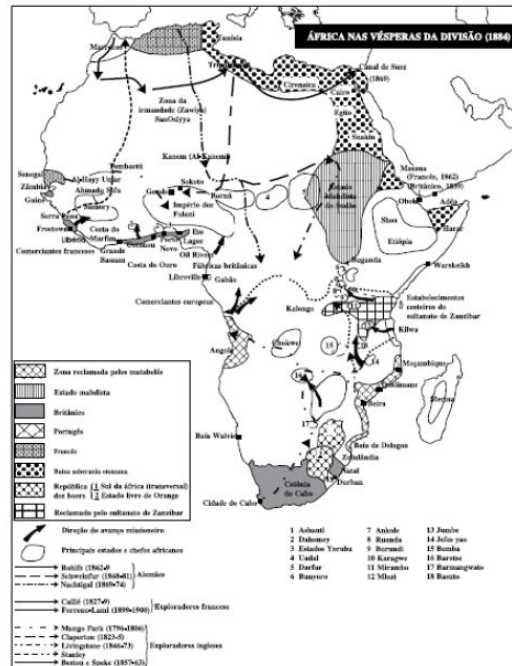
Exploradores e viajantes, agindo por representação ou autonomamente, estabeleciam, por onde passavam, tratados e acordos pessoais em benefício de Estados europeus, sob a forma de cessão de soberania ou de estabelecimento de esferas monopólicas de proteção. Portugal tentou fortalecer, com reconhecimento internacional, seu controle sobre a foz do Rio Congo, sendo barrado pelo governo britânico. Essa situação, numa área de intensa disputa, proporcionou as condições para a convocação de uma conferência internacional em Berlim, de novembro de 1884 a fevereiro de 1885. Seus objetivos explícitos eram o estabelecimento de regras para a liberdade comercial e a atuação humanitária no continente. Na conferência, foram estabelecidas regras para a liberdade de comércio e igualdade de condições para os capitais concorrentes. O mundo liberal venciu o protecionismo.

Paralelamente aos tratados de navegação, foi reconhecida a esfera de influência da Alemanha sobre os territórios litorâneos conquistados ou ocupados por suas *Chartered Companies* e o Estado Livre do Congo, propriedade pessoal do rei da Bélgica. Definiam-se, também, a legitimidade e inviolabilidade das esferas dos antigos ocupantes do litoral da África – Inglaterra, França e Portugal. A conferência estabeleceu ainda as regras para a legitimidade da dominação: a prova de ocupação definitiva e a declaração de tais normas para possível contestação por outras potências europeias e assinaturas de acordos. Um senão das decisões foi a limitação do reconhecimento às áreas litorâneas, o que abriu caminho à corrida pela conquista do interior e ao estabelecimento de novas fronteiras que atendiam aos interesses econômicos, aos limites de conhecimento do interior e às rivalidades intraeuropeias. Ao final da conferência, a história e a política africanas passaram a ser definidas pela diplomacia europeia.

Após a conferência, os beneficiários trataram de impor sua dominação no interior e de remodelar geopolítica, social e economicamente o continente, transformado em objeto do imperialismo de novo tipo que surgia na Europa. Para isso, usavam os mesmos argumentos de sua instalação no litoral: fim da escravidão, civilização, cristianização e abertura do território para o

comércio internacional. Iniciaram-se as guerras de conquista e a dependência econômica do continente às economias industriais das potências europeias.

O século XIX e as expedições exploratórias



A evolução da África do Sul no século XIX

Dentre os povos da África, existe uma excepcionalidade e originalidade, que são os brancos sul-africanos. O Cabo da Boa Esperança (ou das Tormentas) ocupava uma posição estratégica para os navegadores europeus como ponto de passagem do Oceano Atlântico para o Índico. Em 1652, a Companhia das Índias Orientais holandesa estabeleceu no Cabo um entreposto destinado a abastecer seus navios de água e alimentos. Jan van Riebeeck desembarcou com cem homens, empregados da companhia, os quais, com o tempo, buscaram converter-se em colonos, estabelecendo uma relação tensa com a empresa, que desejava apenas manter o entreposto.

Naquela época, a região era habitada pelos povos primitivos khoisans, enquanto os grupos bantos já estavam localizados, simultaneamente, no nordeste e no leste do que hoje é a República da África do Sul. Eles entraram em conflito com os colonos boers, as seculares *guerras cafres*, que foram um dos fatores da revolução zulu e do “Mfecane”, que alterou as

sociedades da África Meridional. Os khoi (pejorativamente chamados de “hotentotes”) eram pastores e os sans (pejorativamente denominados “bosquímanos”) eram caçadores, enquanto os bantos eram agricultores e pastores seminômades.

Ao longo do século XVII, a burguesia *compradora* crescia e se antagonizava com os que se assentavam na agropecuária. À medida que os holandeses iam ultrapassando os limites do porto do Cabo, dominavam as terras e exploravam o trabalho dos khoisans. Em meio à relativa tranquilidade do século XVIII, foi se formando o grupo *boer* (“camponês”, em holandês). Esses, movendo-se para o interior com suas carroças e seus rebanhos, vão deixando de ser europeus e passam a se considerar “africanos”, isto é, a considerar a África a sua terra. Segundo Kiemet,

essa vida lhes dava uma grande tenacidade, uma resistência silenciosa e um respeito muito fortes por si mesmos. Mas seu isolamento marcou seu caráter ao deixar vazia sua imaginação e inerte sua inteligência. Tinham também os defeitos de suas virtudes. Sua tenacidade podia degenerar em obstinação, seu poder de resistência em barreira à inovação e seu respeito em relação a si mesmos em desconfiança ao estrangeiro e desprezo ao inferior⁵.

Os colonos holandeses professavam um calvinismo radical e constituíam, na Europa, minorias religiosas em meio a católicos ou outros. Posteriormente, a eles se juntaram no sul da África os huguenotes, calvinistas franceses perseguidos em sua terra natal. Ao virem para a África, rompiam com as metrópoles e não se consideravam colonos delas. No Cabo, lutavam contra o domínio da companhia e contra a “barbárie negra”. Tornaram-se *afrikaners* e criaram a língua *afrikaans*, derivada do idioma holandês. Assim, ao longo de um século e meio, o entreposto do Cabo foi se tornando uma colônia de povoamento, que se expandia na busca de terra para o gado. Os pastores khoi foram exterminados ou escravizados, enquanto os caçadores san foram expulsos para o deserto ao norte.

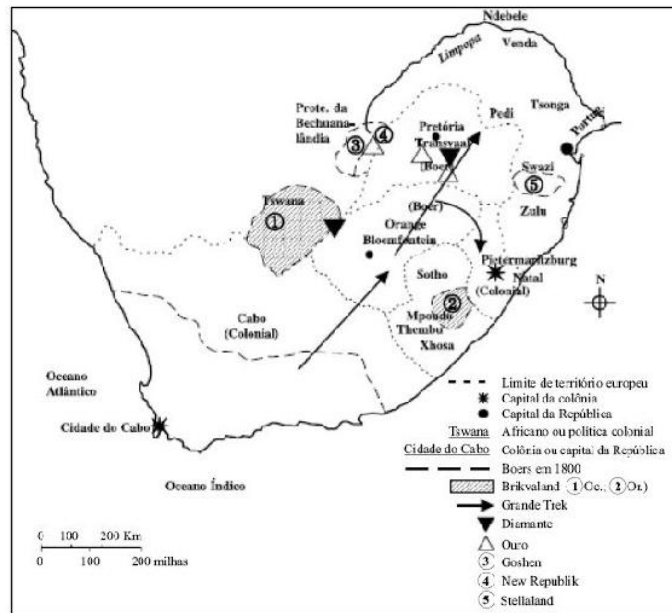
Cada vez mais preocupada, a companhia proibiu a imigração, e os colonos buscavam mão de obra, forçando os khoisans a trabalharem para eles. Os casamentos mistos eram rigorosamente proibidos, mas a mestiçagem era intensa, gerando o grupo dos *grikuas* (mestiços, ou *coloureds*). Assim, a raça vai se tornando um critério de posição social em relação à propriedade dos meios de produção (terras e rebanhos). Segundo Lefort, “a escravidão, fruto da pobreza da colônia, vira sua causa”. Em fins

do século XVIII, a colônia evoluiu sem uma ordem, devido ao declínio da Holanda e à falência da Companhia das Índias Orientais holandesa, um quadro que seria alterado pelas rivalidades europeias.

Durante a Revolução Francesa, os ingleses ocupam a estratégica Colônia do Cabo (1795) para evitar que caísse em mãos inimigas, anexando-a, formalmente, em 1806. A Inglaterra, livre-cambista, não desejava promover uma colonização com ocupação direta e, sim, formar uma burguesia local, concedendo-lhe autonomia quando os vínculos econômicos com a metrópole estivessem suficientemente sólidos. Para evitar guerras dispendiosas, os ingleses desejavam estabelecer alianças com os chefes nativos e, ao mesmo tempo, que a população local se integrasse na economia colonial. Para tanto, introduziram um imposto em dinheiro sobre cada choça e converteram as *chefferies* negras⁶ em administrações econômicas monetarizadas.

A burguesia comercial do Cabo enriqueceu e desejava uma produção voltada para a exportação, sobretudo de vinho, lã e açúcar, cultivado, posteriormente, no Natal. Os boers, que viviam de uma agropecuária atrasada, eram prejudicados pelo novo sistema e necessitavam de mais terras e mão de obra compulsória para fazer frente ao livre-cambismo, pois sua produção não era competitiva. O governo, temendo perder o controle sobre esse grupo, não permitiu que eles desarticulassem as *chefferies* negras, pois elas também ajudavam a defender as fronteiras indefinidas da colônia. Em 1828, os ingleses promulgam uma Lei de Igualdade Racial, e, em 1833, proibiram a escravidão. Como reação, grande parte dos boers iniciou o Grande Trek (1836-1844), uma migração em carroças rumo ao planalto do nordeste, muito semelhante à dos pioneiros do oeste americano. Os boers desejavam fugir da autoridade do governo inglês, buscando conquistar terras e derrotar os chefes bantos, escravizando a população negra. Também travaram combates com os zulus e outros grupos, estabelecendo-se no Natal e nos montes Drakensberg (Montanhas do Dragão), em 1839. No entanto, a região do Natal, onde fora criada a primeira república boer, foi ocupada pelos ingleses em 1843.

África do Sul no século XIX



Nascia, assim, o nacionalismo *afrikaaner*. Em 1842, eles criaram o Estado Livre de Orange, e, em 1852, a República do Transvaal (depois República Sul-Africana), no planalto do nordeste da atual África do Sul. Esses Estados eram baseados numa legislação racista. Os ingleses, sempre em seu encalço, conquistaram Orange em 1854, seguindo uma evolução indesejada que onerava os cofres públicos. Ocorreu, então, a descoberta de jazidas em diamantes, em 1867 (mesmo ano da construção do Canal de Suez), e de ouro em 1886, em território dominado pelos boers. Os ingleses tentaram isolá-los, estabelecendo os Protetorados da Basutolândia (atual Lesoto), em 1868, Bechuanalândia (atual Botsuana), em 1885, e da Suazilândia, em 1894, por meio dos quais mantinham a autoridade dos soberanos negros e impediam a anexação dessas regiões e o domínio de suas populações pelos boers.

Em 1877, os britânicos anexaram o Transvaal, mas os colonos se revoltaram em 1880-1881, e os expulsaram. Entre 1883 e 1902, o lendário Paul Kruger foi presidente do Transvaal e a invasão comandada pelo aventureiro inglês Cecil Rhodes, em 1895-1896, para derrubá-lo fracassou. Em 1882 foram estabelecidas, ao lado do Transvaal, as pequenas Repúblicas boers de Goshen, Nieuw Republiek e Stellaland, que os ingleses ocuparam em seguida. A mineração atraía uma impressionante vaga de imigrantes, que criaram a cidade de Joanesburgo, formando um capital minerador. Insatisfeitos, os ingleses desencadearam a Guerra Anglo-boer

(1899-1902), na qual os colonos foram derrotados com grande dificuldade, obrigando as tropas imperiais a empregar métodos cruéis, como os campos de concentração. Essa realidade consolidava o nacionalismo boer.

Numa conjuntura em que a África estava sendo partilhada e a competição com outras potências crescendo, os ingleses não podiam se dar ao luxo de permitir a permanência da rivalidade. Em 1910 foi estabelecido o domínio da África do Sul, baseado na “aliança do ouro com o milho”, com autonomia dentro do Império Britânico. Ele era formado pelas províncias do Cabo e Natal (inglesas) e de Orange e Transvaal (boers), e consagrava o princípio de *Segregação* (depois de 1948, *Separação*, ou *Apartheid*). O Native Land Act, de 1913, concedia aos negros 7,3% das terras (12,7% em 1936), os quais constituíam três quartos da população. O fluxo de escravos de Madagascar para a África Oriental, de fins do século XVIII e início de século XIX, fora substituído ao longo desse último século pela imigração indiana para as lavouras de cana de Natal e pelo estabelecimento de um fluxo de trabalhadores africanos, especialmente moçambicanos, para as minas do Transvaal. Estabeleciam-se, assim, os fundamentos étnicos da África do Sul racista.

A conquista, a ocupação, a Primeira Guerra Mundial e a nova divisão da África

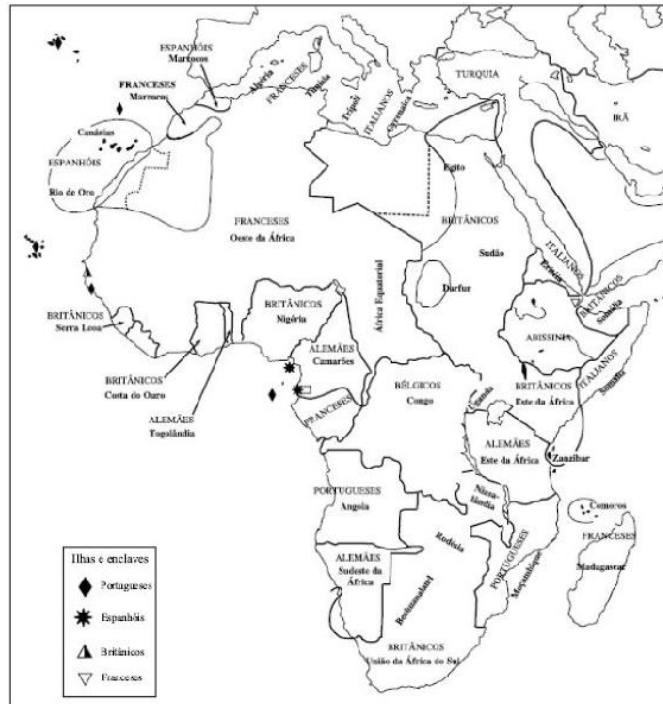
Tendo o Congresso de Berlim estabelecido as regras para a partilha da África e reconhecido a supremacia das potências europeias, cabia realizar ajustes das fronteiras litorâneas e a incorporação do interior do continente. Diplomacia e armas modernas seriam utilizadas. A primeira, para as relações entre os europeus; as segundas, para as relações com os africanos. A dominação efetiva do continente gerou guerras de conquista territorial e para a submissão dos africanos até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Os naturais do continente resistiam à perda de uma soberania e às transformações econômicas, fiscais e políticas que, junto com a exploração predatória de recursos naturais e demográficos, impunham a transformação da África.

Os defensores do imperialismo visavam explorar economicamente o continente e adaptá-lo à nova divisão internacional do trabalho como região periférica e subordinada. A riqueza produzida com o atendimento da

demanda de minerais, matérias-primas e gêneros tropicais da nova sociedade fabril, monopolista e urbanizada devia ser acumulada na metrópole para garantir lucro e custo de produção, além de reservas que possibilitassem a liberdade de ação e produção das potências imperialistas. Para isso, era necessário submeter territórios e populações, reorganizar a produção, o sistema de propriedade e obrigar a população ao trabalho orientado pelos novos objetivos e volumes de produtos. Esse imenso processo de expropriação da economia, do tempo, da cultura e das condições de vida originou rebeliões e resistências, principalmente nas sociedades sem organização estatal. A anulação da soberania e a subordinação das sociedades organizadas sob formas estatais foram efetivadas através de guerras de conquista. A superioridade em armamentos e meios de locomoção proporcionada pela nova tecnologia foi a garantia da vitória na repressão às resistências e nas guerras.

Enquanto a violência física e simbólica marcou as relações de conquista, as diferenças entre as potências eram resolvidas entre os diplomatas por meio de mapas incompletos e falhos. Resultou disso o estabelecimento de fronteiras em linhas retas que reuniam, em uma unidade administrativa, povos diferentes e até inimigos e dividiam conjuntos étnico-linguísticos com uma longa história de unidade. Somente quando os projetos expansionistas se enfrentaram, por razões geopolíticas, como no caso do controle do Alto Nilo (em Fachoda, 1898), houve a possibilidade de enfrentamento entre as potências colonialistas, não mais por projeções de esferas de influência, mas pelo domínio territorial efetivo a partir da ação dos Estados, ao invés de concessionários com amplos poderes para assinar acordos e estabelecer esferas de interesse – aspecto do passado recente.

Impérios coloniais em 1914



O declínio do Império Turco Otomano no norte da África já havia levado o Egito a tornar-se um Estado-pivô da região. Como consequência da intervenção napoleônica no Oriente Médio, os princípios do nacionalismo e do desenvolvimento europeus penetraram na região. Assim, em 1808 surgiu no Egito um regime autonomista e modernizador liderado por Mohamed Ali, um general albanês do exército turco. Ele adotou políticas modernizadoras e desenvolvimentistas e criou um grande exército, que chegou a ameaçar o Sultão turco, ao qual, nominalmente, estava subordinado. A intervenção militar europeia em defesa da Turquia, em 1839-1841, obrigou Ali a acatar o domínio turco e a dismantelar seu regime econômico, aceitando os interesses semicoloniais anglo-franceses no Egito em troca do estabelecimento de sua dinastia no país (que perduraria até os anos de 1950). Lentamente, os ingleses afirmaram seu domínio no país, deslocando os franceses e inaugurando o Canal de Suez em 1867.

Em 1830 os franceses iniciaram a conquista da Argélia, a mais distante das províncias turcas, iniciando um processo de colonização induzida politicamente. No final do século XIX a França ocupou a Tunísia, também pertencente aos turcos, que em 1912 perderam a Tripolitânia e a Cirenaica (litoral da Líbia), sua última possessão norte-africana, para os italianos. Os franceses, em decorrência das duas crises do Marrocos, no início do século

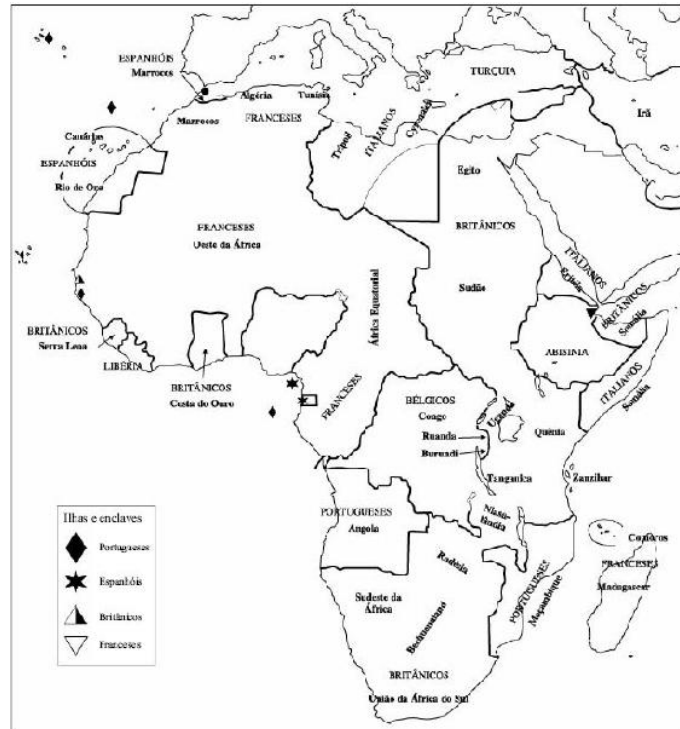
XX, tornaram a maior parte do Marrocos um Protetorado. Aos espanhóis coube a faixa mediterrânea marroquina, o enclave de Ifni e o Saara Ocidental. Mas todos esses países tiveram dificuldade em dominar o interior do Deserto do Saara, onde berberes e tuaregues resistiram arduamente. Na Líbia, os italianos somente lograram derrotar a irmandade senussi em 1928. No Sudão, os ingleses tiveram de enfrentar o movimento islâmico e Reino Mahadita, que impôs várias derrotas aos invasores até ser submetido. Por fim, os alemães foram os últimos a entrar na corrida colonial e aproveitaram as brechas remanescentes, tirando proveito de áreas periféricas, ou onde havia rivalidade entre ingleses e franceses. Assim, estabeleceram-se no Togo, no Kamerun (Camarões), no sudoeste africano (Namíbia) e em Tanganika (África Oriental Alemã).

A Primeira Guerra Mundial teve importante impacto na África. Como a marinha britânica bloqueou a frota alemã no Mar do Norte e impediu o acesso da Alemanha às suas colônias, elas foram conquistadas com relativa facilidade – o Togo ainda em 1914, o sudoeste africano em 1915 (onde contaram com o apoio de voluntários boers ressentidos com os ingleses), e os Camarões em 1916. Mas na Tanganika houve combates navais nos lagos e o comandante alemão Von Lettow-Vorbeck manteve a resistência até o fim da guerra na Europa, tendo mantido uma luta de guerrilhas e adentrado em Moçambique com sua coluna de askaris (soldados africanos). Os turcos, por sua vez, embora tenham fracassado no ataque ao Canal de Suez, em sua estratégia contra a *Entente* motivaram o sultão mahadita a se rebelar contra os ingleses no Sudão e a irmandade senussi contra os italianos na Líbia. Os mahaditas foram derrotados facilmente, mas os senussis não.

Mais importante que os conflitos, todavia, foi a mobilização de africanos para os combates ou trabalhos (2,5 milhões, ou seja, 1% da população). Frentes de trabalho nas colônias e, mesmo, nas metrópoles, foram mobilizadas, e muitos tiveram de substituir os europeus até em funções de certa relevância no continente africano. Além do recrutamento para as tropas coloniais, milhares foram engajados na Europa, especialmente pela França, como se pode observar nos milhares de túmulos muçulmanos nos cemitérios militares europeus. O impacto político, social, econômico e ideológico desse processo foi enorme.

Ao mesmo tempo em que os Quatorze Pontos do Presidente Wilson e, em menor medida (no caso africano), a Revolução Soviética propagavam a ideia da autodeterminação e o colonialismo passava a ser um termo pejorativo, os vencedores, numa visão imediatista, dividiam as colônias alemãs entre si. Todavia, isso agora tinha de ser feito a partir do mecanismo “politicamente correto” dos Mandatos da Liga das Nações, que eram, em princípio, autorizações temporárias para administrar os territórios, mas sem uma data definida para o término. À França coube 2/3 do Togo e dos Camarões e o restante à Inglaterra, que também recebeu a totalidade da Tanganica. Os pequenos e densamente povoados Ruanda e Burundi couberam aos belgas, enquanto o sudoeste africano ficou com a União Sul-Africana. Os italianos receberam compensações anglo-francesas na Líbia e na Somália.

No mundo colonial, a “guerra civil europeia” repercutiu como um incentivo às lutas anticoloniais. As metrópoles europeias, além de sair enfraquecidas do conflito, tiveram de enfrentar a Guerra do Riff no Marrocos espanhol (1921-1926), que só foi vencida graças à intervenção francesa, e as guerrilhas na Somália britânica e na Líbia italiana, derrotada em 1928. Enquanto ocorriam violentos protestos na Índia, no Egito os britânicos tiveram de enfrentar as mobilizações do partido nacionalista Wafd, que resultaram na concessão de uma independência formal em 1922, embora continuassem controlando a defesa, a política externa e o canal de Suez e mantendo seus interesses econômicos. Aliás, o não cumprimento das promessas feitas por Londres aos árabes ao mobilizá-los na luta contra os turcos deu ensejo à emergência de um forte movimento nacionalista no mundo árabe, que viria a ter forte influência na luta pela emancipação africana.



2.2 Os sistemas coloniais: a inserção no capitalismo mundial

Os impérios e as formas de dominação

A dominação ideológica

Já durante a conquista foram sendo implantados os sistemas de dominação colonial, que tinham como característica básica a transferência da soberania para a metrópole e seus funcionários. Os africanos eram transformados em objeto da administração e sujeitos a leis, regulamentos e normas subordinadoras. Surgia aí a característica política básica do imperialismo colonial – o uso de meios de domínio e controle formais e diretos exercidos pela e em nome da metrópole. A justificativa que legitimava esse processo era fornecida por um conjunto de ideologias imperialistas que predicavam a superioridade e o direito de dominação dos europeus e a superioridade e a naturalidade da subordinação e da exploração dos africanos.

As ideologias colonialistas podiam assumir a forma de doutrinas filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas. As

filantrópicas justificavam a dominação como uma necessidade para promover a civilização, educar e eliminar os “costumes bárbaros” que caracterizavam as sociedades africanas. As pragmático-utilitaristas explicavam essa dominação pelos benefícios que ela trazia para as economias metropolitanas e para as populações sujeitas, além de pela necessidade de acesso a mercados, matérias-primas e trabalho sempre esquivo, mas fundamental para a sobrevivência e expansão da sociedade industrial-capitalista.

Os racistas defendiam a existência de diferenças naturais e hierarquias entre as capacidades das raças e que, portanto, era consequência lógica as raças superiores dominarem e se beneficiarem da exploração das raças inferiores. Entre as racistas, as doutrinas do “destino manifesto e do fardo do homem branco” incorporavam um princípio de revelação divina e de dever de conquista e de dominação como destino predeterminado e irrecorrível. Os social-darwinistas transpunham para as relações humanas e sociais os princípios da luta pela sobrevivência das espécies e uma visão da dominação dos mais fracos pelos mais fortes como resultado das relações na natureza e na sociedade. Essa visão que se reivindicava científica e positiva não deixava outra solução que não a de seguir o curso da natureza e eliminar as sociedades mais fracas, minar e tirar benefícios das populações derrotadas na luta pela natureza.

As ideologias podiam ser de cunho materialista ou idealista e no discurso “teórico” emergiam de forma pura, mas, na realidade e na prática, combinavam diferentes aspectos e tinham uma base que era material. O fundamento dessas ideias era constituído pela percepção da superioridade tecnológica e do desenvolvimento que a causava e dele tirava proveito. Como esse desenvolvimento era fruto do capitalismo, que, em seu conjunto econômico, político e cultural atingia a maturidade na Europa, deduzia-se de forma etno e eurocêntrica a causa disso e os direitos daí recorrentes.

A partir das normas definidas pelo Congresso de Berlim e do processo de expansão europeia, foram desenvolvidas diferentes formas de dominação que correspondiam aos mecanismos de aquisição territorial, às tradições políticas metropolitanas e aos objetivos específicos de cada conquista. Desse complexo de condicionantes, e num processo de experimentação,

terminaram por ser instituídos os dois modelos clássicos de controle e de exploração das populações autóctones.

A teoria terminou por caracterizar a dominação colonial em duas formas ideais e diferentes que, na prática, no nível local interpenetravam-se – a dominação direta e a dominação indireta. Tais formas definiam muito mais os mecanismos de estruturação imperial e de governo provincial do que as relações locais com a população subordinada. Originalmente, foram tentadas experiências privadas, com exceção do império francês. Nessa experiência, a soberania sobre o território era transferida a empresas (as *Chartered Companies*, companhias de carta ou alvará) que assumiam os direitos e os deveres da dominação e eram resguardadas pela diplomacia e pelo poder militar metropolitanos. As contradições dos interesses, o objetivo de lucro e a fragilidade dos recursos acabaram por levar à substituição desses pelo poder do Estado metropolitano.

Governo direto, indireto e protetorados

Quando o Estado metropolitano organiza seu império sob a forma de governo direto não institui organismos intermediários na província. O representante da autoridade imperial governa com plenos poderes executivos e legislativos e deve, no caso francês, subordinar-se às determinações emanadas do Parlamento de Paris. Os representantes locais são constituídos por funcionários coloniais e as relações com a população são estabelecidas por meio de chefes nativos (substituídos conforme os interesses de estabilização) transformados em funcionários. Todos os administradores possuem poderes discricionários. A colônia ou protetorado não possui organismos intermediários de legislação ou de aconselhamento. A administração organizada em forma de árvore é hierarquizada, e os representantes metropolitanos cumprem funções administrativas, policiais e judiciárias.

No caso do governo indireto, a autoridade colonial possui poderes dominantes, mas são desenvolvidos na província do império organismos intermediários para aconselhar, e, posteriormente, legislar. Tais conselhos envolviam, ao longo do período, uma série de organismos designados. Quando havia eleições, sempre a maioria era constituída por funcionários e colonos. Neste caso, a relação direta com a população se dava por meio de

chefes nativos subsidiados pelo império, que permaneciam com alguns direitos tradicionais. No entanto, o desrespeito às determinações da autoridade leva à sua substituição por elementos mais dóceis.

Se a realidade concreta significa a dominação e a exploração, do ponto de vista formal existem duas formas de dominação: a colônia e o protetorado. As colônias eram constituídas por áreas conquistadas e organizadas conforme o direito de conquista; a população era administrada pelo império e a metrópole podia realizar estruturas e reestruturas territoriais a seu bel-prazer. O “Código do Indigenato” estabelecia a posição das pessoas, seus deveres e as penalidades a que estavam submetidas caso descumprissem os regulamentos. O controle era feito por autoridades da metrópole e por forças militares e policiais coloniais constituídas por oficiais europeus e tropas nativas. Havia o cuidado de acantonar tropas de etnias diferentes às da região ocupada ou de constituir tropas com escravos ou ex-escravos locais. A exploração dessa situação foi um importante instrumento para a conquista inicial e para a posterior manutenção da dominação.

Os protetorados foram constituídos a partir de acordos formais com Estados africanos preexistentes. As causas eram múltiplas e iam desde a ameaça da conquista, por parte dos europeus, até opções da política regional (impedir a conquista ou a ameaça por parte de outra potência europeia, consolidar ou estabilizar o poder local ou ainda expandir seu território) por parte dos africanos. Os protetorados apresentavam restrições às ações arbitrárias das metrópoles e teoricamente mantinham suas estruturas políticas, sociais e econômicas. A dominação se realizava por meio de residentes e conselheiros que atuavam nas instituições nativas e terminavam assumindo a função de verdadeiros governantes. Outra característica dos acordos de protetorado era a transferência da soberania nas relações diplomáticas para o império protetor, a extinção das forças militares próprias e a monopolização das relações pela metrópole.

Como o protetorado não perdia a totalidade de sua soberania, a população não era subordinada a um código do indigenato, mas às modernizações determinadas pelos agentes imperiais através dos soberanos locais. Essa aparente situação idílica era, no entanto, subordinada à realidade da dominação: a tentativa de romper os acordos podia levar à

conquista militar e à transformação em colônia ou à substituição das autoridades locais por elementos dóceis e dispostos a atender as exigências dos protetores. A permanência no *status* de protetorado dependia da permanente subordinação e adequação da área aos desígnios do domínio metropolitano. Os ingleses caracterizavam o protetorado como uma situação de “governo dual” e aplicaram-no na maioria das áreas de seu império africano.

Na realidade, fosse colônia ou protetorado, o elemento fundamental da dominação era a expropriação da soberania e a administração da população. A subordinação da população e do território a uma autoridade direta ou indireta emanava da metrópole com o objetivo de implantar a economia de mercado, a propriedade privada e de explorar os recursos da região em benefício dos senhores do império.

O processo de modernização capitalista e a inserção internacional

O confisco da terra e os impostos

A conquista e a dominação da África levaram à sua modernização. Essa foi seletiva em consequência das necessidades da divisão de trabalho e da integração subordinada da economia africana à economia metropolitana. Como a função econômica das colônias era, segundo os teóricos coloniais, levar benefícios às metrópoles e serem autofinanciadas, era necessário prepará-las para cumprir tais funções. A primeira mudança era a assimilação e a integração dos territórios à economia capitalista industrial. Para tal, era necessário criar a propriedade privada da terra e implantar o trabalho assalariado. Dessa forma, os territórios e suas populações seriam transformados em fornecedores de insumos agrícolas e minerais e em consumidores de produtos manufaturados. A África se transformava em uma área de produção de valores de troca, abandonando o predomínio da produção de valores de uso para consumo próprio.

Foram utilizados vários processos para modernização da nova área dos impérios coloniais. A primeira prática modernizadora foi a expropriação das terras consideradas vagas – áreas em pousio, florestas, regiões abandonadas por suas populações, áreas “públicas” de Estados derrotados, terras comunitárias, que passaram à propriedade do Estado metropolitano.

Tais terras foram concedidas a empresas metropolitanas a fim de implantar *plantations* – imensas áreas voltadas à monocultura de exportação – para a exploração madeireira ou mineral ou para colonos que se transformaram em latifundiários. Os naturais da terra eram confinados em reservas de área restrita e em terras de baixa qualidade ou, se permaneciam nas terras redistribuídas, deviam prestar serviços, pagar rendas e submeter-se a cultivos obrigatórios.

Além de perder as terras, os africanos foram submetidos a impostos monetários para financiar o custo da colônia e para obrigá-los a buscar trabalho assalariado e ou dedicarem-se a produzir o que era demandado pelos mercados metropolitanos. Como os africanos eram submetidos à legislação administrativa, o não pagamento dos novos impostos podia acarretar trabalhos forçados. Os tributos foram a evolução de mecanismos predatórios utilizados nos primeiros tempos (principalmente no Congo) e que obrigavam a produção e a entrega gratuita dos insumos (látex, cera, marfim e alimentos) em volumes arbitrários e sob ameaça de brutais torturas ou de execução dos que não produziam o exigido.

Paralelamente aos dois mecanismos anteriormente apresentados, outras formas, unificadas sob o nome de trabalho obrigatório, eram utilizadas para explorar a mão de obra africana, que podia ser convocada para trabalhar em serviços do interesse da colônia. Nessa situação, enquadravam-se os serviços de construção de portos, de estradas (ferrovias ou rodovias) ou de habitação para os funcionários. O transporte de equipamentos e produtos coloniais também podia exigir trabalho obrigatório. Em várias regiões, tornou-se habitual a migração forçada ou voluntária de “trabalhadores contratados” para outras áreas da África, ou até mais distantes, para pagar os impostos, fugir das brutais condições de trabalho e do empobrecimento ou, simplesmente, para conseguir recursos para sobreviver.

A debilitação da saúde da população, pela redução da alimentação e pelo empobrecimento dietético, foi elemento responsável pela difusão de doenças que antes eram territorialmente restritas (como a doença do sono e a malária) e que terminavam assumindo caráter epidêmico.

A produção e os produtos

O continente foi explorado, e suas riquezas pilhadas a partir de formas variadas que iam da primitiva pilhagem dos recursos disponíveis até a mineração moderna, passando pelas *plantations* e pela economia de “tráfico”. A forma mais simples de exploração era a pilhagem, como a coleta de látex, de cera, a extração de madeira e a caça indiscriminada de elefantes. Como era uma atividade altamente destrutiva, rapidamente esgotaram-se as reservas e a população das áreas onde acontecia.

A *plantation* era uma atividade realizada por empresas ou colonos que recebiam imensas áreas territoriais a fim de produzir gêneros alimentícios e matérias-primas necessárias às populações e às indústrias metropolitanas. Tais empreendimentos englobavam a produção agrícola, a elaboração primária, o transporte e a comercialização monopolista de seus produtos. Eram beneficiados com subsídios, juros baixos, mercados garantidos e reservados, além de preços administrados favoráveis aos seus rendimentos e com fretes abaixo do custo do transporte.

Outra atividade que beneficiava a economia metropolitana e era fonte de exploração dos africanos foi o tráfico. Essa era uma atividade por meio da qual os frutos da produção autônoma dos camponeses eram trocados por produtos europeus a partir de agentes locais, estrangeiros ou nativos, das empresas mercantes metropolitanas. Tais produtos eram reunidos em armazéns distribuídos ao longo das rotas e enviados aos portos para exportação à metrópole sob a forma original ou após sofrerem um beneficiamento primário. Muitas vezes, esses produtos concorriam com os das *plantations*, demonstrando a capacidade de iniciativa e de adaptação dos africanos. A cera, o algodão, a cola, o amendoim, o óleo de palma, o sisal e alguns frutos da caça, como as peles e o marfim, ou do garimpo de ouro e de pedras preciosas constituíam o produto de tal comércio.

Durante o período colonial, a principal atividade foi a exploração mineral por grandes empresas que contavam com toda a proteção metropolitana. Além de receberem a concessão de jazidas, contavam com a criação de redes ferroviárias até os portos de exportação. Foram essas atividades e a estrutura de transportes que receberam investimentos maciços, aportaram tecnologias e equipamentos modernos para a economia colonial. A mão de obra era dividida em um setor restrito especializado e bem-remunerado, constituído por europeus, e um amplo setor sem especialização e com baixa

remuneração, constituído por africanos. Esses eram atraídos pela vantagem comparativa dos salários em relação aos das *plantations* ou ao valor pago pelos produtos no tráfico. A construção das vias férreas para atender às necessidades das mineradoras acabava por incluir e beneficiar territórios e populações que as margeavam na moderna economia capitalista.

Construção de infraestruturas, educação e saúde

A exploração da África, que foi iniciada a partir das bacias dos rios, avançou pelo interior e, rapidamente, passou a exigir a construção de infraestruturas mais complexas. Era necessário construir ferrovias, rodovias e portos para o crescente escoamento dos produtos exportados. Esses complexos integrados ligavam o interior aos melhores litorais para atracar os grandes cargueiros a vapor, criando novas rotas e integrando economicamente populações até então dispersas. Nos entroncamentos, nas estações e nos portos surgiam novas cidades beneficiando os proprietários do solo. O crescimento das atividades de transporte e de manutenção criou um setor moderno, onde o trabalho assalariado e com conhecimentos técnicos progressivamente se expandia para os africanos. O crescimento do comércio varejista, a serviço das concessionárias ou por conta própria, permitia o surgimento de uma nova classe social – a burguesia nativa – que se aventurava em novas atividades.

A maior complexidade da economia colonial passou progressivamente a necessitar de um grande número de trabalhadores especializados e de funcionários nativos e especializados, o que levou à implantação de sistemas educativos de formação geral e de trabalhadores. Embora atingissem um número restrito de jovens, esses sistemas formaram as elites que constituiriam os movimentos nacionalistas e difundiriam as ideias modernas de autogoverno e de soberania oriundas das metrópoles. As tropas coloniais foram obrigadas a formar, entre os africanos, seu setor de comando básico e seus soldados, qualificando-os nas modernas tecnologias militares. Educadores, operários, técnicos e militares de um novo tipo se constituíram junto aos religiosos nativos – todos eles educados para a sociedade moderna – e formavam uma elite de novo tipo na qual a capacitação e o mérito contavam.

O deslocamento de população, o trabalho extenuante para a maioria e a subnutrição acabaram por difundir doenças africanas ou importadas, que assumiam o caráter de epidemias mortais ou de males crônicos, reduzindo a capacidade de trabalho e a produtividade. Essa situação colocava em risco a sobrevivência dos impérios e a função das colônias de fornecer utilidades às metrópoles e servir de mercados para a exportação de artigos industriais, fornecer soldados aos seus exércitos e emprego rentável ao seu excesso de capitais. Nesse quadro, a preservação da saúde e o saneamento passaram a ser de importância vital. Foram construídas redes de atendimento médico que, embora precárias, prestaram serviços à saúde dos africanos. As doenças tropicais passaram a ser pesquisadas, e o Estado assumiu, diretamente ou por meio de missionários, os cuidados com a saúde geral, através de dispensários, vacinações e a formação de auxiliares e de enfermeiros.

A modernização foi, em linhas gerais, a incorporação do continente africano e de sua população à divisão internacional do trabalho especializada do capitalismo industrial, com o corolário da transformação da produção de valores de troca, a implantação do trabalho disciplinado e subordinado para produzir mercadorias e a proletarianização de um campesinato autônomo. Outro aspecto foi a introdução da propriedade privada, normalmente em benefício dos europeus ou de suas empresas.

A construção de infraestrutura, a educação e o desenvolvimento da saúde foram mais consequências das necessidades de exploração do que objetivos humanitários e primários dos colonizadores. O aspecto mais marcante da modernização foi negativo, com a implantação de monoculturas e de atividades mineradoras dependentes de mercados externos e dos ciclos econômicos determinados pela concorrência internacional e pelas crises econômicas. Mas, como afirmou o historiador indiano Kawalan Pannikar em *A dominação ocidental na Ásia*,

a dominação europeia, forçando os povos asiáticos a resistir e simultaneamente a adaptar-se às novas ideias, que eram as únicas que podiam ajudá-los a libertarem-se e a reforçá-los, deu-lhes uma vitalidade nova e preparou realmente o advento de um mundo novo. [...] O imperialismo trazia consigo o germe de sua destruição.

Tal afirmativa ressalta uma dialética histórica igualmente aplicável à África, como seria visível nas décadas seguintes.

A evolução da África do Sul na primeira metade do século XX

A doutrina da “Separação”, ou *Apartheid*, teve início formal em 1948, mas a segregação antecede essa data em muito, pois suas raízes remontam ao século XIX. A ideologia da superioridade branca e da discriminação racial era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os *afrikaners*, pois praticavam uma agricultura atrasada e pouco lucrativa em comparação com a agricultura intensiva que a burguesia inglesa desenvolvia nas províncias do Cabo e Natal. O pragmatismo mercantil dos britânicos considerava a escravidão como um obstáculo à formação de um mercado consumidor, mas não deixava de estabelecer barreiras rígidas para a ascensão social e econômica dos negros.

Exemplos da postura inglesa são o Decreto Caledon, de 1809, que tornou obrigatório um contrato de trabalho que previa severas punições para o trabalhador que resolvesse mudar de emprego, e o *Master and Servant Act*, de 1843, o qual, junto com decretos posteriores, qualificava como crime a rescisão do contrato de trabalho. Por volta de 1850, os ingleses começaram a contratar trabalhadores negros de Moçambique, Lesoto e Botsuana, assim como indianos e chineses (esses trabalhadores não podiam levar suas famílias, recebiam apenas uma parte do salário e eram obrigados a voltar a suas regiões se perdessem o emprego). A discriminação racial e os contratos de trabalho nas províncias dominadas pela Inglaterra tinham como objetivo forçar a redução do salário dos trabalhadores brancos, mediante a utilização de mão de obra negra, quase gratuita.

Ao iniciar a exploração das minas de ouro e diamantes, os grandes capitalistas europeus tiveram que recorrer aos operários brancos com alguma especialização e preparo intelectual. Essas pessoas, na maioria ex-fazendeiros boers que haviam perdido todo o seu capital na guerra de 1899-1902, e também europeus atraídos pela corrida do ouro, faziam exigências e reivindicações trabalhistas, pois conheciam o funcionamento do capitalismo industrial britânico. Os ingleses manipularam habilmente essa situação, prometendo vantagens aos trabalhadores brancos desde que se tornassem cúmplices na exploração de mão de obra negra. A *Colour Bar* (Barreira de Cor), de 1898, foi plenamente instaurada no setor mineiro e também nos núcleos urbanos de maioria britânica.

Com a aprovação da Constituição da União Sul-Africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra foi privada do direito ao voto e à propriedade da terra. A partir de 1910, quando o país torna-se independente da Coroa Britânica, juntamente com a Austrália e o Canadá, várias leis segregacionistas foram implementadas. Entre elas, o *Native Labour Act*, de 1913, estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão vigente nas fazendas, dividindo a África do Sul em duas partes – 7% do território nacional foram deixados aos negros, que representavam 75% da população (bantustões), e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos, que correspondiam a 10% da população.

Nas reservas negras predominava a agricultura de subsistência e, nas demais áreas, a exploração capitalista intensiva da terra. Nessa lógica, o segundo setor passou a viver à custa do primeiro, que era visto como uma reserva permanente de mão de obra. Em 1923, o *Native Urban Act* limitou drasticamente a possibilidade dos negros se instalarem em cidades consideradas redutos dos brancos.

Até a Primeira Guerra Mundial, os interesses econômicos dos brancos eram baseados na complementação da mineração com a agricultura intensiva. Com a recessão do mundo capitalista no pós-guerra, houve uma significativa queda nas taxas de lucratividade das minas, obrigando as grandes companhias a contratarem trabalhadores negros. Esse fato acabou por provocar o embate racial entre os trabalhadores assalariados. A greve de Rand, em 1922, em que o recém-fundado Partido Comunista da África do Sul teve o seu batismo de fogo, foi duramente reprimida pelo governo. A maioria dos grevistas era formada por brancos pobres, descendentes dos boers que haviam perdido suas terras e que encontravam dificuldades de acesso à nascente estrutura industrial do país. Eles acabaram se tornando, mais tarde, alvo fácil da propaganda nacionalista de extrema-direita.

Esses nacionalistas, vencedores nas eleições de 1924, juntamente com seus aliados do Partido Trabalhista, representantes da burguesia nacional urbana, promoveram o rompimento com a política liberal implementada pelos defensores dos grandes monopólios mineiros e impuseram medidas protecionistas. O objetivo era o de tentar neutralizar a evasão dos lucros das companhias mineiras sediadas no exterior e utilizar os recursos da

agricultura branca para iniciar um processo de industrialização interna capaz de satisfazer aos interesses dos trabalhadores de origem europeia.

O surgimento de um capitalismo de Estado, promovido pelos nacionalistas, permitiu ao país um rápido crescimento. Foram criadas siderurgias, estradas de ferro e centrais elétricas em um momento classificado por muitos como “milagre econômico”. Entretanto, ao final da década de 1920, uma nova crise foi anunciada com a queda do preço do ouro no mercado internacional, colocando em risco também a aliança entre nacionalistas e trabalhistas. A direita nacionalista, para sobreviver no poder, abandonou a aliança com o Partido Trabalhista e apoiou-se no outrora rechaçado capital estrangeiro. Nessa direção, os *afrikaaners* continuavam controlando o poder e mantinham o sistema de segregação racial. A reconciliação com a elite pró-britânica, embora permitisse a ampliação dos lucros “estrangeiros”, garantiu a organização interna em relação ao sistema segregacionista. Todavia, o novo surto industrial, que resultou no aumento do número de negros empregados no setor, reabriu o debate entre nacionalistas e pró-britânicos.

Ao discurso nacionalista *afrikaaner* somaram-se elementos fascistas manifestos, por exemplo, na sociedade secreta *Afrikaaner Bond* (Irmandade *Afrikaaner*). A recessão no pós-Segunda Guerra Mundial repetiu o fenômeno, quando os brancos pobres, ameaçados pelo desemprego, elevaram seu racismo com o slogan *Gevaar Kaffer, Koelie, Komunismus* (“Cuidado com os negros, com os indianos e com o comunismo”).

De qualquer forma, foi a partir de 1948, quando o Partido Nacional venceu as eleições que, efetivamente, o *Apartheid* foi implantado. Era uma resposta à situação criada com o *boom* econômico do período da Segunda Guerra Mundial, que levava centenas de milhares de negros a estabelecer-se nas cidades, para suprir as demandas de mão de obra. Com a redução do crescimento após 1945, os operários brancos desejavam monopolizar os empregos e a elite optou por “retribalizar” os negros urbanos. Daí a lógica material do *Apartheid*.

Com os nacionalistas novamente no poder de forma independente, a União Sul-Africana entrou em uma fase muito mais complexa, quando ocorreram mudanças políticas, econômicas e sociais que forjaram um país, de certa forma, na “contramão da história”. O que caracterizou o novo

período foi a dissociação entre poder político e poder econômico; a população de origem inglesa manteve o poder econômico, enquanto os *afrikaaners* passaram a deter o poder político. Assim, a institucionalização do *Apartheid* tornou-se um dos pilares do novo surto de desenvolvimento.

A percepção do novo governo em relação à política externa do país, diante de sua posição geoestratégica e da extensão da Guerra Fria para cenários secundários, foi a de identificar-se como um “país europeu estabelecido na África”. É preciso levar em conta que a elite branca mantinha vínculos tradicionais com a Europa Ocidental e, posteriormente, com os Estados Unidos. Geograficamente, o país se encontra na confluência de rotas marítimas e possui, em seu subsolo, riquezas minerais importantes para o desenvolvimento econômico moderno que o Ocidente necessita e para o esforço armamentista da Guerra Fria em termos de armas estratégicas. Assim, Pretória explorou o discurso anticomunista e fez da União um bastião do chamado “mundo livre”.

A União Sul-Africana explorou essa circunstância com propósitos de ordem política, econômica e de segurança. No contexto doméstico, os nacionalistas tinham como objetivo a conquista total do poder, com a consolidação da independência do país e com a substituição da anglofilia predominante por uma cultura que promovesse os valores *afrikaaners*. No plano econômico, esforçaram-se em promover e introduzir o capital *afrikaaner* no coração da economia – o setor de mineração – ainda reduto do capital de origem inglesa e dos investidores externos. O Estado passou a ter expressiva participação na economia, permitindo a expansão da indústria de substituição de importações nos setores siderúrgico, químico, de minerais processados, energético e, mais tarde, de armamentos. Esta industrialização por substituição de importações representava uma forma de contornar os embargos e sanções internacionais que o país viria progressivamente a sofrer.

2.3 Apogeu, declínio e desmantelamento dos impérios coloniais

A Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista

As consequências da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Soviética reforçaram o declínio europeu e os movimentos político-ideológicos favoráveis à emancipação dos povos coloniais. Esse processo foi ainda mais fortalecido pela Grande Depressão e pelo impacto e resultado da Segunda Guerra Mundial. A Depressão produziu um considerável impacto econômico e social no continente africano devido ao acentuado declínio dos fluxos comerciais e financeiros internacionais, bem como ao aumento das tensões mundiais. Essas viriam a conduzir à Segunda Guerra Mundial, que afetou diretamente o norte e o Chifre da África.

A Segunda Guerra Mundial na África

Em outubro de 1935, a Itália fascista invadiu a Abissínia (atual Etiópia) a partir de suas colônias da Eritreia e da Somália. A Liga das Nações, da qual a Abissínia era membro, além dos tradicionais protestos verbais, aprovou um embargo comercial à Itália, por pressão de Londres, pois o controle da região por Mussolini poderia ameaçar a rota do canal de Suez e os interesses petrolíferos britânicos no Golfo Pérsico. Mas o embargo constituía apenas uma pressão limitada para impedir novos ímpetus expansionistas de Roma, pois nada de concreto foi feito para defender o agredido. A dificuldade na conquista do país (só completada em maio de 1936), apesar da desproporção de forças, evidenciou a fragilidade italiana. Além do choque produzido na África pela ocupação do único país realmente independente do continente, gerando um elemento catalisador pan-africanista e uma contradição na política internacional (pois a Inglaterra defendia a independência de uma nação africana contra um poder europeu), Mussolini aproximou-se de Hitler para fazer frente ao embargo britânico, criando o Eixo Roma-Berlim em 1936.

O extenso bastião criado pelos italianos no Chifre da África deixou a Inglaterra de prontidão. Quando a guerra iniciou na Europa e a Inglaterra ficou debilitada pela queda da França (cujas colônias ficaram sob o controle do governo fascista de Vichy, aliado do Eixo), a Itália lançou sua expansão nos Bálcãs, na África do Norte e na Oriental, atacando os britânicos e seus aliados. Os italianos atacaram o Egito a partir do território líbio, mas em dezembro o exército britânico empurrou as tropas fascistas de volta à fronteira. As forças italianas acantonadas na África Oriental italiana, por

sua vez, ocuparam a Somália britânica, um trecho do Quênia e algumas cidades além da fronteira sudanesa, e todas as colônias britânicas, onde foram contidas. No início de 1941, o exército britânico ultrapassou a fronteira líbia e ocupou a Cirenaica, enquanto sua ofensiva na África Oriental italiana derrotou completamente os fascistas em maio, com a rendição do Duque d'Aosta e o retorno do Imperador Hailé Selassié.

Os alemães enviaram o *Afrika Korps* de Rommel em auxílio aos italianos e, em 1942, avançaram até El Alamein, a 100km do Cairo. A contraofensiva do Império Britânico empurrou os ítalo-alemães até a Tunísia, enquanto os norte-americanos e franceses livres desembarcavam no Marrocos e na Argélia, onde o regime de Vichy ofereceu pouca resistência, concluindo um armistício com os aliados em novembro. Tendo recebido reforços, os ítalo-alemães ainda resistiram na Tunísia até maio de 1943. As colônias francesas na África deixaram de ser território do Eixo (anteriormente, apenas o governador da África Equatorial francesa havia apoiado De Gaulle).

A partir de 1943, o recrutamento de soldados magrebinos, negros e brancos sul-africanos e de trabalhadores africanos foi acelerado, com significativa participação no teatro de operações europeu. Além disso, desde o início do conflito o aumento da produção de borracha e minérios mobilizou milhões de trabalhadores. Muitos dos futuros líderes das independências africanas foram soldados ou trabalhadores mobilizados na guerra. Além disso, a participação na derrota de regimes racistas europeus elevou a autoestima dos africanos, o que se somou ao enfraquecimento das metrópoles coloniais e ao anticolonialismo americano, soviético e das Nações Unidas.

A descolonização no Magreb e a Revolução Egípcia

Após a guerra, no Magreb, o nacionalismo árabe era o fator político que se tornara o mais importante. Em 1949 a ONU determinou que a Líbia, a qual se encontrava dividida e sob ocupação inglesa e francesa, fosse unificada, sob o reinado de Idriss al-Senussi. A independência foi obtida em 1951, com bases americanas e inglesas sendo mantidas e, em 1959, foi descoberto petróleo em grande quantidade. Paralelamente, no Sudão, ao longo dos anos de 1950 o nacionalismo fez grandes avanços e, em 1953, os

ingleses concederam um estatuto de autogoverno. A vitória nacionalista nas eleições conduziu à independência em 1956. Meses antes da independência teve início uma revolta no sul, predominantemente africano animista e cristianizado, contra o governo central dominado pelo norte arabizado, gerando uma guerra civil que durou décadas. Na verdade os ingleses, desde o período entreguerras, percebendo o avanço do nacionalismo, tencionaram incorporar o sul a Uganda, mantendo o condomínio anglo-egípcio apenas no norte. Para manter a separação das duas regiões, chegaram a proibir casamentos intercomunitários.

Levantes antibritânicos no Egito sempre questionaram a presença semicolonial inglesa em um país formalmente independente, até que em 1952 um golpe militar derrubou o Rei Faruk. Na esteira deste movimento o país tornou-se uma República, logo liderada pelo oficial nacionalista Gamal Abdel Nasser. Esse líder, que era o primeiro egípcio a governar o país desde a época dos faraós, não possuía uma visão política articulada. Jovem César, ele pensava em voz alta, em um processo de autoeducação que cobria um vazio junto à população, depois de séculos de opressão e silêncio das massas árabes. Quando discursava anunciando a nacionalização do Canal de Suez, em 1956, ele, inesperada e espontaneamente, sorriu de satisfação, e o povo, que pela primeira vez presenciava um fato tão insólito, riu também, encontrando nele a sua voz. Seus discursos, transmitidos pelo rádio às massas analfabetas, eram ouvidos em todo o mundo árabe, convertendo-o numa liderança pan-árabe.

Levado pelas circunstâncias, Nasser promoveu reformas sociais e aliou-se à URSS, em busca do apoio que o Ocidente lhe negou adotando políticas de esquerda, ao mesmo tempo em que perseguia o Partido Comunista Egípcio. Da mesma forma, combateu os grupos islâmicos e instituiu um regime laico e modernizador, promovendo a reforma agrária, a educação e o saneamento e coibindo, paralelamente, as elites capitalista e feudal do país. Ao mesmo tempo, porém, sem uma estratégia de transformações socialistas que alterasse as bases da sociedade, sua política se apoiava numa burocracia civil-militar hipertrofiada, em práticas autoritárias e na repressão constante.

Manifestações e levantes anticoloniais também ocorreram na Tunísia, na Argélia e no Marrocos, colônias francesas. Tunísia e Marrocos tornaram-se independentes em 1956, a primeira sob o comando de Habib Bouguiba, de

postura neocolonial, que proclamou uma república autoritária. No Marrocos, o Sultão Ben Iussuf cobrou a prometida independência, mas os franceses reagiram incitando os berberes contra os árabes e exilando-o em Madagascar em 1951. Em 1956 ele retornou, com o consentimento da França, proclamou a independência e assumiu como Rei Mohamed V. Tanger e o Marrocos espanhol foram incorporados ao novo Estado, que também reivindicou Ifni, Saara espanhol e Mauritânia. Ifni e uma pequena faixa do Saara foram cedidas pela Espanha.

Mas na Argélia, onde havia expressiva colonização francesa, a metrópole resistiu à descolonização. As primeiras manifestações, logo no final da Segunda Guerra Mundial, haviam sido reprimidas com um saldo de 20 mil mortos, e ficou conhecida como Revolta da Cabília. Contudo, em 1954, com uma onda de atentados, teve início a guerra de independência da Argélia. A Frente Nacional de Libertação (FLN), apoiando-se no nacionalismo e no islã, mobilizou a população na luta armada e defendeu a organização de uma sociedade socialista não marxista. A repressão francesa foi implacável, custando ao final do conflito a vida de quase um sexto da população do país.

A descoberta de petróleo no Saara argelino reforçou a determinação francesa, cuja linha dura, representada pelo General Salan e pelos colonos, criou a Organização do Exército Secreto (OAS), que deflagrou um golpe de Estado e colocou De Gaulle no poder em 1958, como forma de evitar concessões aos árabes. A França não suportou o desgaste da guerra e concedeu em 1962 a independência à Argélia, de onde os colonos brancos se retiraram. A Guerra da Argélia teve grande influência na descolonização da África Subsaariana, ou África Negra, seja como estímulo à mobilização africana pela independência, como também condicionando a atitude das metrópoles europeias, as quais decidiram se adaptar aos novos tempos para conservar sua influência econômica, agora já recuperada da guerra e em integração (Comunidade Econômica Europeia, fundada em 1957). O exemplo argelino representou um risco a ser evitado no resto do continente.

Durante a Guerra da Argélia eclodiu a crise de Suez. Após direcionar a política externa egípcia para o neutralismo, Nasser viu os Estados Unidos retirarem a oferta de financiamento à barragem de Assuã. Necessitando de recursos para o desenvolvimento econômico e as reformas sociais que

prometera ao miserável povo egípcio, Nasser nacionalizou o Canal de Suez em julho de 1956. Em novembro, tropas francesas, inglesas e israelenses atacaram a zona do canal e a Península do Sinai. O velho colonialismo franco-britânico fazia um último esforço para manter suas posições no Oriente Médio, e Israel tentava tirar proveito da situação. A Inglaterra desejava reverter a nacionalização do Canal de Suez, e todos os três desejavam conter ou derrubar o regime nasserista, de forte apelo anticolonialista. Os franceses, por sua vez, procuravam cortar o apoio que Nasser dava à FNL argelina, que possuía bases de treinamento no Egito.

Os atacantes derrotaram facilmente o exército egípcio, mas os soviéticos lançaram um ultimato exigindo a retirada das forças invasoras, ameaçando intervir militarmente. Numa tentativa de não serem ultrapassados pelos acontecimentos, os Estados Unidos também pressionaram seus aliados a evacuar o Egito, o que ocorreu em dezembro. Assim, Nasser conseguiu transformar uma derrota militar em triunfo político, consolidando seu nome como a maior liderança do mundo árabe, estimulando sua ideia de unificação das nações árabes. Enquanto se aproximava do mundo socialista, seu prestígio atingia o apogeu no Terceiro Mundo. Ainda assim, a crise de Suez também permitiu a Krushev aumentar a influência da URSS na região. A União Soviética, por sua vez, consolidou a partir de então sua influência na região do Oriente Médio e ganhou prestígio na África.

Enquanto se aproximava do mundo socialista e do movimento neutralista, seu prestígio se afirmava junto ao movimento de descolonização e às nações do Terceiro Mundo, do qual já era um protagonista reconhecido desde a Conferência de Bandung (1955). A partir de então, junto com o iugoslavo Tito, o indonésio Sukarno, o ganense Nkrumah e o indiano Nehru, ele trabalhou para a constituição do Movimento dos Países Não Alinhados, que ocorreu em 1961. A conferência preparatória foi sediada, por Nasser, no Cairo, e a de fundação em Belgrado, Iugoslávia. Com as potências europeias desmoralizadas e o surgimento de um Segundo e de um Terceiro Mundos, todos sob o sistema das Nações Unidas, as relações internacionais pareciam apontar para perspectivas promissoras para os povos africanos.

A negritude e o pan-africanismo

A negritude constitui um movimento cultural e literário com fortes implicações ideológicas e políticas. Surgiu entre os descendentes de escravos das Antilhas francesas, de onde atingiu os estudantes das colônias africanas em Paris, tendo como ponto central a recuperação da identidade e da humanidade dos povos africanos. Seu aspecto positivo está ligado à restauração da dignidade do homem negro. Sua radicalidade é abstrata e anti-histórica desde o momento em que passa a defender não o desenvolvimento dos africanos, mas a necessidade da manutenção das estruturas e da cultura pré-moderna da África Negra de forma intocada. O movimento iniciou como uma busca pelas raízes e pela identidade e humanidade, na época de suas origens. Depois, com o poeta Aimé Césaire, transformou-se num racismo às avessas a partir de Leopold Senghor, o patriarca da independência do Senegal.

Politicamente, o único ponto positivo na África foi o apoio militante às independências e à criação de uma entidade política continental. Marcada por um profundo conservadorismo, termina por ser um instrumento de imobilização, de manutenção do *status quo* e de confirmação da teoria racista das diferenças genéticas, que explicaria uma personalidade africana. O homem branco seria “materialista e interesseiro”, voltado ao desenvolvimento, enquanto o negro teria “sensibilidade para as artes”, portanto, sem interesse no “progresso”. Assim, o movimento, expressando uma crítica da aculturação pelas elites assimiladas africano-francófonas, não contribuiu para o desenvolvimento continental. Apenas garantiu o direito dessas elites e o espaço e a posição que o colonialismo negava-lhes após a assimilação, tornando-se, desse modo, um instrumento fracassado de coesão nacional.

No continente americano e na África do Sul, onde os africanos e seus descendentes foram colocados em uma posição de inferioridade “natural” e absoluta, é outro o contexto, e a negritude tornou-se um instrumento para a conquista da cidadania e da igualdade de direitos. Pode, no entanto, ser usada de forma contrária se os pressupostos da personalidade africana, definidos por Senghor como o predomínio do sensorial, do sentimento, dos reflexos naturais, forem usados como instrumento do etnocentrismo dominante. É preciso, pois, entender a negritude como uma reação cultural ao escravismo e à dominação colonial – com suas perversões –, e mantê-la

nesse nível, para evitar que a especificidade africana seja reconhecida como resultado de uma determinação biológica, uma teoria cara aos racistas.

Assim como a negritude, o pan-africanismo nasceu fora da África. Originado entre descendentes de escravos das colônias inglesas do Caribe e dos Estados Unidos, é um movimento político e social surgido na passagem do século XIX ao XX. Inicialmente voltado para a promoção social e política dos negros na racista América, voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso político-social da África. Nunca, no entanto, foi homogêneo ou monolítico. O principal organizador foi o sociólogo afro-americano W.E.B. Dubois, que marcou, inicialmente, o movimento com características como solidariedade, união, promoção social e cultural, que ao longo do tempo foram se politizando.

Dubois organizou os quatro primeiros congressos pan-africanos (1919, 1921, 1923 na Europa e 1927 nos Estados Unidos), onde a representação africana foi minoritária. Na década de 1930, o movimento não realizou congressos, mas manteve sua militância na oposição à conquista da Etiópia pelo fascismo italiano. Sob inspiração de Dubois, realizou-se o V Congresso Pan-africano em Manchester, Grã-Bretanha (1945), com significativa e destacada participação de delegados africanos. Esse congresso sinalizou a politização do movimento e destacou delegados que foram importantes na descolonização africana (Nkrumah, de Gana, e Kenyata, do Quênia). Além da reativação do movimento, esse passou à reivindicação política da descolonização para o anti-imperialismo e o anticolonialismo, definindo-se abertamente socialista (mas não comunista). Foram acordadas as necessidades de um programa de ação para a independência e a criação de uma organização para atuar pela independência da África colonial – considerada pré-condição para a futura unificação continental.

Reconhecendo a existência de uma unidade cultural africana, o movimento passou a manifestar-se em todos os planos. No aspecto cultural, a promoção da identidade africana aproxima da negritude francófona. No campo político, na organização de congressos, conferências e uniões que culminaram com a criação da Organização de Unidade Africana (OUA) em Addis-Abeba, Etiópia, no ano de 1963, e na militância pela descolonização. No plano econômico, na procura por soluções para os problemas comuns do

continente e o progresso, que exigiam cooperação para superar o atraso tecnológico e os interesses particularistas. No campo diplomático, o pan-africanismo atuou contra o colonialismo, a balcanização continental e o envolvimento na Guerra Fria. Socialmente, buscou a promoção da mulher africana e o desenvolvimento de políticas educacionais e sanitárias. A partir do Congresso de Manchester, o movimento não só mudou seu eixo geográfico e político em direção à África, como também amadureceu um projeto global.

De marcante influência na descolonização, o pan-africanismo sofreu, no entanto, problemas internos relacionados às diferentes correntes de seus componentes. Isso é expresso nas derrotas frente à negritude – que excluiu o norte da África, considerado árabe – e na necessidade de aceitar os conservadores na constituição da OUA. Outro problema foi o confronto que impediu uma política unitária em relação à velocidade e a mecanismos da descolonização e à unificação africana. Os interesses que emergiam com as independências passaram a pesar mais com a criação de um novo *status quo*. Essa situação se manifestou a partir da esterilização da iniciativa pela unidade, lançada na I Conferência de Estados Africanos Independentes, realizada em 1958, por iniciativa de Nkrumah, em Gana.

Mesmo com os problemas e deficiências surgidos com a institucionalização, o pan-africanismo manteve seus objetivos originais – promoção e desenvolvimento dos africanos, luta contra o imperialismo (foi marcante sua atuação político-diplomática contra o colonialismo português e o *Apartheid* sul-africano), pelo desenvolvimento da consciência e da unidade africanas e pelo progresso social. De 1957 até meados da década de 1960 (antes da criação da OUA), patrocinou e organizou congressos com vários objetivos – políticos, diplomáticos, de promoção cultural e social –, além de impulsionar a criação de organizações representativas, como trabalhadores e camponeses, que transcendiam os limites das fronteiras.

O processo de descolonização

A expansão colonial europeia na África havia dividido o continente entre quatro potências – Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal. Essas potências coloniais diferiam em níveis de desenvolvimento, riqueza e necessidades. Tal situação determinou diferenças secundárias, porque as

colônias eram predominantemente de exploração e não de povoamento. Determinou também uma reorganização da geografia política africana, voltada para o mercado metropolitano, unindo e separando áreas e economias, sociedades e povos. Tal reorientação geoeconômica manifestou-se pela criação de novas “regiões” na África, regiões que entravam em contradição com a tradicional ordenação continental, externalizando sua economia e criando novas realidades sociais e políticas.

O domínio colonial clássico na África durou aproximadamente 75 anos, tempo suficiente para o amadurecimento de sua incorporação na economia mundial, das economias capitalistas monopolistas e para a emergência de um movimento emancipacionista bastante problemático. Nesse período, os impérios coloniais submeteram ou cooptaram tanto as resistências tradicionais como as “modernizantes”, ordenaram o continente e mudaram seu perfil. O auge da dominação e reordenação deu-se no período entreguerras, com marcada participação da crise econômica de 1929 e a posterior recessão.

Um dos maiores impérios coloniais – o francês – agrupou suas diferentes áreas em blocos com sede regional e unidade administrativa, embora pouco integrados econômica e politicamente devido à economia estar voltada para a metrópole, à artificialidade política dos territórios coloniais e à incapacidade de criar uma nova identidade. Esses blocos regionais, que atendiam às necessidades administrativas e de controle e à exiguidade de recursos para as colônias de exploração, não suportaram as contradições e demandas da descolonização política. Foram desintegrados, provocando a “balcanização” do continente.

O Império Português, dada a dispersão de suas colônias, não criou unidades do tipo anterior. Cada colônia se manteve diretamente subordinada à metrópole. O Império Belga, constituído pelo Congo e pelas ex-colônias alemãs de Ruanda e Burundi, possuindo continuidade geográfica, era unificado. Já o pragmático Império Britânico, com colônias dispersas na África Ocidental e agrupadas na Oriental, apresentava variados mecanismos de dominação. Essas variedades administrativas dos impérios coloniais, a inserção das colônias na economia mundial e a existência ou não de colonos e interesses no local determinaram a variedade de modelos de

descolonização, os quais abarcaram da pura e simples retirada até a guerra de libertação.

Em longo prazo, a descolonização não conseguiu alcançar a transformação social e o desenvolvimento autocentrado. Nesse sentido, ela foi apenas política e esteve sempre pressionada pela Guerra Fria e pela nova forma assumida pelo imperialismo, o neocolonialismo. A subordinação à economia mundial e a seus ciclos persistiu, sendo acompanhada pelas pressões dos órgãos internacionais e pelas ajudas – econômica, militar etc.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a situação crítica das metrópoles europeias e sua necessidade de riquezas coloniais entraram em contradições com os ideais dos social-democratas que chegaram ao poder em 1945. Isso levantou o problema da evolução dos impérios. Por outro lado, certos grupos empresariais já haviam alcançado um nível de desenvolvimento que podia prescindir da subordinação direta à metrópole. A solução era apresentada por meio de um longo e quase secular processo evolutivo de emancipação. Frente a tal projeto, clarificaram-se vários elementos de oposição: a ascensão dos Estados Unidos e da URSS como potências mundiais e anticolonialistas, o sistema das Nações Unidas com seu comitê de descolonização, as reivindicações africanas de emancipação e os interesses econômicos das emergentes multinacionais norte-americanas – obstaculizados pelas políticas dos impérios coloniais. Tais fatores são determinantes nos processos de descolonização. Na África, onde os colonizados e suas reivindicações são protagonistas preponderantes, deve-se agregar o papel das decisões da Conferência de Bandung e das guerras anticoloniais da Ásia como elementos-chave da descolonização.

Embora o auge da descolonização da África tenha acontecido na passagem da década de 1950 para a de 1960, a reivindicação pacífica ou violenta pela independência se iniciou no imediato pós-guerra. Ela se aprofundou e radicalizou com as tentativas metropolitanas que buscaram criar mecanismos de autonomização lenta e controlada. Isso favorecia as forças internas arcaicas e a permanência das colônias subordinadas à metrópole. Foi o caso dos pragmáticos *self government* britânicos e da União Francesa, bem como a da criação das áreas da Libra Esterlina e do Franco. No entanto, a dinâmica interna das colônias e a situação internacional atropelaram os projetos gradualistas.

As independências na África francesa

O império francês da África Negra era constituído por duas unidades – a África Ocidental francesa e a África Equatorial francesa. Da sua dissolução surgiu um grupo de países com níveis diferentes de desenvolvimento e de incorporação à economia mundial, com projetos e problemas distintos. No processo emancipatório persistira uma tensão dialética entre as proposições metropolitanas, por um lado, e as aspirações diferenciadas dos africanos, por outro. Ao final da Segunda Guerra, e por mais de uma década, a França tentou, no quadro de sua política de assimilação e baseada na indivisibilidade da república, criar mecanismos que mantivessem o *status quo*. Isso levou a uma diferenciação interna das regiões pertencentes às unidades coloniais. Esse processo acompanhou a especificação das economias e das reivindicações particularistas – étnico-culturais e econômicas –, impossibilitando a construção de grandes Estados nacionais e de economias fortes e integradas.

O papel desempenhado pelas colônias francesas na África na Segunda Guerra Mundial possibilitou uma evolução mínima da situação colonial. No início de 1944, os administradores coloniais que aderiram aos aliados reuniram-se na Conferência de Brazzaville, que planejou linhas gerais de reformas administrativas. A constituição francesa de 1946 instaurou o sistema eleitoral de duplo colégio e manteve a direção administrativa das colônias sob firme controle europeu. Frustraram-se as perspectivas de integração e de autonomia. Na África, uma minoria de políticos, partidários das transformações nas colônias, que havia participado da Constituinte em Paris – que resultou na criação da União Francesa – persistiu em sua luta pela autonomia local.

No mesmo mês da promulgação da constituição, e, de certa forma, nos marcos da União Francesa, reuniu-se o Congresso de Bamako. Dele resultou a criação do RDA (Agrupamento Democrático Africano). Era um partido ligado ao Partido Comunista Francês, mas legalista, que apoiava a autonomia interna nos marcos constitucionais. Tendo como líderes Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, e Sékou Touré, da Guiné, abrangia, com suas seções, o conjunto do território colonial. Paralelamente, em 1948, Leopold Senghor criou, no Senegal, o BDS (Bloco Democrático

Senegalês) nacionalista. Dessas agrupações, surgiram as tendências que marcarão o futuro das colônias francesas.

Em 1950, a secção da Costa do Marfim do RDA se aproximou do grupo de Mitterand no parlamento francês e rompeu com o PCF. Distinguindo-se da linha guineana de Sékou Touré, colaborou na criação da Loi-Cadre (Lei Marco) de junho de 1956. Essa instituiu a africanização administrativa, a ampliação dos direitos eleitorais e normatizou a descentralização administrativa. Seu desdobramento lógico seria a “balcanização” das colônias. A autonomização regional – caminho para a balcanização – foi contestada por Senghor (do Senegal), partidário da Federação. Abriu, no entanto, caminho para as tendências centrífugas e para o nacionalismo territorial nos agrupamentos de colônias.

No ano de 1957, o Congresso de Dakar reuniu as lideranças africanas que, vitoriosas nas eleições determinadas pela Lei Marco, mostraram-se independentistas. Essa unidade foi rompida pelos diferentes posicionamentos relativos à Federação e pelo fortalecimento dos partidos territoriais. O RDA, que começara a ser implodido por Boigny em 1950, recebeu o golpe de misericórdia com a real independência do Partido Democrático da Guiné de Sékou Touré. O protagonismo metropolitano, sua política visando manter as colônias subordinadas e as contradições da França levaram progressivamente, e de forma rápida, as colônias para a independência.

A incapacidade do império em manter-se na Indochina (independente em 1954) e as dificuldades de conter o nacionalismo e a guerra de libertação da Argélia levaram ao golpe de 1958. De Gaulle substituiu a Quarta República, desmoralizada e em frangalhos. A constituição, do mesmo ano, que criou a Quinta República, substituiu a União Francesa por uma Comunidade Francesa. Embora apresentada sob a forma federalista, propôs para a África Colonial a manutenção da situação de subordinação à metrópole, onde a autonomia interna seria limitada. Pior ainda, a constituição transformava os territórios em Estados comunitários.

O resultado previsível seria a efetiva consolidação da balcanização iniciada poucos anos antes. A divisão entre as lideranças africanas possibilitou que De Gaulle apostasse no tudo ou nada, propondo um *referendum*. O voto negativo possibilitaria a imediata concessão da

independência. A dificuldade em estabelecer uma federação, por causa do desenvolvimento dos nacionalismos territoriais e dos projetos políticos e econômicos dos diferentes partidos africanos, significava que a recusa no referendo abriria caminho para a fragmentação da colônia. A independência imediata era possibilitada pelos artigos 78 e 86 da constituição gaullista de 1958.

No *referendum*, apenas a Guiné (dirigida por Sékou Touré) votou massivamente pelo não. Os outros 12 “Estados” coloniais votaram pela comunidade. O resultado foi a emancipação dessa colônia em outubro de 1958, que aderiu ao “socialismo africano”, do qual seria um dos impulsionadores. A adesão das outras colônias à Comunidade Francesa desgastou-se rapidamente por causa do centralismo metropolitano e do exemplo da Guiné. Em 1959, reuniu-se outra conferência em Bamako. Nessa, o Senegal e o Sudão francês (Mali, Níger e Alto Volta) formaram a Federação do Mali, que solicitou a independência para 1960. Tal federação durou poucos meses, resultando na constituição do Senegal e do Mali independentes.

Aberto o caminho para a independência e a balcanização, essas seguiram seus rumos. Em 1960, as quatro colônias restantes da África Ocidental francesa organizam uma aliança que alcançou a soberania no mesmo ano. O Daomé, o Níger, o Alto Volta e a Costa do Marfim tornaram-se repúblicas independentes.

No mesmo ano de 1960, a África Equatorial francesa dividiu-se em países independentes. Surgiram as Repúblicas do Tchad, a Centro-Africana, a do Congo (Brazzaville) e o Gabão. O Império Francês na África não existia mais. Os novos países surgidos da divisão administrativa colonial do pós-guerra eram uma realidade. Também o eram a pobreza, a fragmentação e o bloqueio da possibilidade de uma África francófona integrada sob a forma federada ou unitária. Esse objetivo foi frustrado pela ação metropolitana e pelos diferentes níveis de desenvolvimento de cada região colonial. Esses níveis, a intensidade de integração na economia capitalista mundial e a sobrevivência de cristalizadas formas sociais arcaicas geraram países que só poderiam unificar-se sob fortes governos reformistas.

Madagascar, mais do que uma ilha do litoral africano colonizada pelos franceses, é uma ilha-continente, ponto de cruzamento étnico-cultural e de

relações econômicas entre a África e a Ásia Insular e com uma civilização híbrida fruto desse cruzamento. Essa imensa ilha no Oceano Índico possui originalíssimas flora e fauna e é povoada por malaio-polinésios no leste e por bantus africanos no oeste. Os anglo-americanos haviam-na ocupado em 1942 e, no ano seguinte, entregue aos franceses livres de De Gaulle. Ela recebeu o *status* de autogoverno em 1946, mas a França não reconheceu a oposição nacionalista, o Movimento Democrático da Renovação Malgaxe (MDRM), que coordenou um levante geral em 1947. A repressão massiva dos franceses causou 80 mil mortes, mas, em 1958, ela se tornou membro da Comunidade Francesa. Em 1960, tornou-se independente sob a presidência de Philibert Tsiranana, líder do Partido Social-Democrata, que manteve um regime parlamentarista e neocolonial.

As antigas colônias alemãs tuteladas pela França eram territórios sob “mandato” da Sociedade das Nações e, posteriormente, da ONU, constituídos pelo Togo e pelos Camarões. Como os organismos internacionais impunham características específicas – a independência não se deu com a destruição do Império Francês –, o Togo tornou-se independente em 1960, depois da autonomia alcançada em 1955; o Camarões alcançou a independência no mesmo ano. No ano seguinte, fundiu-se com a parte atribuída, como mandato, à Grã-Bretanha, constituindo uma unidade política territorialmente demarcada pelo Império Alemão, destruído em 1918.

A descolonização com a balcanização tornou-se um empecilho para o desenvolvimento integrado. Como resultado disso, tanto a negritude quanto o pan-africanismo, que seriam as bases da moderna África, terminaram por tornarem-se discursos mobilizadores e objetivos em longo prazo. O trabalho imediato era construir o Estado, inseri-lo na política internacional e resolver os pesados déficits gerados pelo colonialismo. A tendência para a unificação africana e para uma política internacional integrada ficou subordinada às singularidades de cada país. Nesse quadro, a França manteve sua preponderância e a direção da região através da Área do Franco, da Francofonia e da ação de suas tropas no sustento de governos que perdem sua base nacional de sustentação.

A descolonização da África britânica

O império colonial britânico na África se apresentava dividido em grupos – as dispersas colônias da África Ocidental, as colônias estratégicas da África Oriental e as colônias da África Central. Embora tenham sido incorporadas em momentos e por razões diferentes, basicamente possuíam as mesmas estruturas do imperialismo britânico, fundadas na administração indireta. Com exceção da África Ocidental, existiam fortes concentrações de ricas minorias brancas, beneficiárias da expropriação das terras nativas, e grupos maiores de imigrantes asiáticos. Essas condições geraram as situações diferenciadas de emancipação política e os problemas enfrentados pela descolonização.

A África Ocidental britânica

As fragmentadas colônias da África Ocidental foram as primeiras a alcançar a independência. Após a Segunda Guerra, frente ao crescimento do nacionalismo e ao fato de que inexistiam colonos brancos, os britânicos implementaram políticas de unificação – unitária ou federal – em cada colônia. Objetivavam uma longa e lenta transição ao sistema de participação na Comunidade Britânica. A crise econômica e as diferenças internas de desenvolvimento aceleraram a concessão de independência antes que a situação avançasse para insurreições. Entre 1951 (início da experiência de autogoverno autônomo) e 1965, todas essas colônias alcançaram a descolonização sob a forma republicana.

A Costa do Ouro alcançou a independência em 1957. A primeira colônia de exploração que obteve a soberania trocou o nome para Gana (antigo e poderoso império centro-africano anterior à conquista da África). Desde 1946, acontecia a luta política pela emancipação. Em 1947, Nkrumah assumiu a liderança pela independência; greves e manifestações de massa resultaram em sua prisão. Nas eleições de 1951, Nkrumah (que se encontrava na prisão) e seu partido *Convention People's Party* – o CPP – alcançam vitória. Sua designação para primeiro-ministro do regime colonial autônomo frutificou com a elaboração de uma nova constituição e o pedido de independência total, que foi alcançada em 1957, e em 1960 tornou-se uma república. Desde 1957 até a queda de Nkrumah (em 1966), o país participou ativamente do movimento terceiro-mundista. Destacou-se, igualmente, pela construção do pan-africanismo e pela luta de emancipação

das colônias africanas. O governo, de características socializantes, procurou desenvolver o país para escapar do neocolonialismo – nova forma de dependência e subordinação imperialista – teorizado por Nkrumah em seu famoso livro *Neocolonialismo, último estágio do imperialismo*.

Em 1960, a Nigéria tornou-se independente sem haver solucionado as contradições resultantes da associação, pelo Império Britânico, de três regiões com estruturas, economias, etnias e culturas diferenciadas e antagônicas, politicamente unificadas e cristalizadas pelo Império Britânico. O trágico resultado foi a Guerra Civil de Biafra de 1967 a 1970, quando essa província rica em petróleo proclamou a independência e foi derrotada pelo governo federal. A Nigéria independente foi o resultado mais negativo da política britânica de administração imperial indireta e de agrupamento territorial artificial.

A Constituição de 1954, outorgada para fazer frente ao nacionalismo emergente pós-Segunda Guerra, criou um governo local autônomo sobre bases federais. Cada região manteve suas estruturas próprias e subordinou-se ao controle central da capital, em Lagos. A unidade política era frágil e espelhava as desigualdades de desenvolvimento econômico, político, social e cultural regionais. No entanto, o governo autônomo conquistou a independência em 1960 e proclamou a república em 1963. A persistência das contradições e da artificialidade da Nigéria impediu que a exploração petrolífera possibilitasse o desenvolvimento do país mais populoso do continente. A impossibilidade de unificar o país – herança do colonialismo e da independência – manteve as três regiões (haussa, feudal e muçulmana ao norte; iorubá, camponesa e animista ao oeste; e ibo, camponesa, mercadora e cristã ao leste) em permanente conflito político pelo controle do poder federal.

Em 1961, a pequena colônia de Serra Leoa – constituída para receber os escravos resgatados do tráfico clandestino – recebeu sua independência. Embora cronologicamente defasada, mas dentro da mesma lógica, em 1965 a Gâmbia – um enclave ao longo do Rio Gâmbia –, insignificante colônia, foi o último país da África Ocidental britânica a alcançar a independência. Como parte do mesmo movimento, outra colônia britânica do outro lado do continente alcançou a independência no mesmo período. A independência da Índia e a nacionalização do Canal de Suez por Nasser tornaram a

Somália (britânica e italiana) área de ocupação estratégica no Chifre da África desnecessária. Tal situação permitiu que a colônia fosse a primeira da região a descolonizar-se, em 1960. O novo Estado assumiu a forma de república, extremamente pobre e com parte da população nômade.

A diáspora negra: os africanos no mundo

Existe um grande número de afro-descendentes dispersos pelo mundo, concentrados em algumas regiões. A migração de africanos está ligada a dois grandes movimentos históricos – o tráfico de escravos durante o mercantilismo e a migração Sul-Norte que caracteriza a Era Industrial na Europa e América do Norte no século XX.

Os contatos entre africanos e europeus são antigos. Do século IX até o século XV houve um fluxo de ouro e escravos da África Subsaariana para o Magreb que, ao mesmo tempo, alimentava os impérios do norte da África e chegava aos europeus como servos domésticos (uma demonstração de *status* social). Ao mesmo tempo, através do Mar Vermelho e do Oceano Índico, havia um tráfico em direção aos países islâmicos. Aliás, o sul da Península Arábica e o Chifre da África sempre conheceram migrações nos dois sentidos, e o advento do islã fez com que houvesse maior interação e migrações entre os mundos africano e árabe. Assim, sempre houve uma quantidade razoável de negros no Oriente Médio e Magreb, embora com acentuada tendência à mestiçagem.

A partir do século XV, o fluxo de escravos mouros e negros para o continente europeu foi intensificado, principalmente a partir das navegações portuguesas no Oceano Atlântico. Na Península Ibérica, os escravos trabalhavam em minas, plantações, construções, como soldados, guardas, serviçais domésticos, nos correios, como lenhadores, operários nas fábricas, e, no caso das mulheres, concubinas. O comércio de escravos, além disso, era um fenômeno essencialmente urbano. O número de escravos residentes na Inglaterra no final do século XVIII, por exemplo, era estimado em 15 mil.

A partir do século XVI, com a conquista da América e o desenvolvimento de plantações monocultoras tropicais de cana-de-açúcar, algodão, anil, tabaco durante o mercantilismo e, depois, cacau e café,

formou-se um tráfico de escravos africanos para as Américas. Eles foram alocados na bacia do Caribe, litoral centro-americano, sul das Treze Colônias (futuros Estados Unidos), Brasil, norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas), bem como no litoral do Peru. Nos países hispânicos continentais os negros se mantiveram como uma minoria menos expressiva frente aos numerosos brancos, mestiços e indígenas. Em Cuba, na República Dominicana, Guiana e Suriname, todavia, eles eram influentes e representavam entre um terço e um quarto da população.

Mas nas Antilhas ex-britânicas, francesas e holandesas eles constituíam a maioria esmagadora da população, embora se trate de nações de pequena dimensão. Já o Haiti, colônia francesa de numerosa população escrava e coberta por plantações de cana-de-açúcar, ocorreu uma revolta paradigmática. Sob a influência da Revolução Francesa, Toussaint Louverture liderou a rebelião de escravos que derrotou as tropas de Napoleão. A revolução dos negros haitianos assustou os brancos em todo o continente. Mas os franceses e as demais potências bloquearam as exportações haitianas de açúcar, obrigando o país a indenizar a França ao longo de todo o século XIX e parte do XX. A miséria a que a nação haitiana foi submetida, com governos títeres apoiados por Paris (e depois por intervenções americanas), fez deste um dos maiores crimes franceses. A França e os Estados Unidos são os grandes responsáveis pela terrível situação desta nação africana do Caribe. Cada ex-escravo haitiano pagou por sua “libertação” pessoal e indenizou toda a riqueza acumulada pelos brancos, pagando pela terra, casas, indústrias, estoques e animais que os europeus deixaram para trás (a maior parte destruída).

Em relação aos Estados Unidos, com a afirmação da supremacia inglesa e o crescimento do movimento antiescravagista inglês, acirrou-se o debate nas colônias na América do Norte e no Caribe sobre a liberdade dos negros. Enquanto alguns africanos buscavam afirmar suas origens, outros buscavam assimilar os valores liberais europeus, sendo, posteriormente, alforriados por terem combatido contra as forças norte-americanas junto aos ingleses. Mais de 400 africanos chegaram a ser enviados pelos ingleses a Serra Leoa com o objetivo de difundir o cristianismo, desenvolver uma economia de tipo ocidental e contribuir para a abolição do tráfico. Assim, por este

caminho transversal, concretizava-se a ideia do regresso coletivo dos antigos escravos à África.

Após a Guerra de Secessão, a discriminação dos negros libertos no sul foi severa, com o surgimento de organizações terroristas brancas, como a Ku Klux Klan, com o objetivo de aterrorizar os negros, que careceram de direitos políticos e sociais até a década de 1960. Curiosamente, nesta época o direito de voto no sul foi obtido por pressão do Departamento de Estado (Ministério das Relações Exteriores americano), porque os soviéticos faziam política na África simplesmente mostrando recortes de jornais americanos sobre a situação dos afro-americanos. Ficava difícil posar de “defensor da liberdade”. Milhões migraram para as grandes cidades industriais do nordeste dos Estados Unidos, onde viveram em guetos, padecendo a pobreza e a criminalidade. A maioria dos homens afro-americanos teve passagem pela polícia ou esteve preso. Todavia, a comunidade está numericamente estagnada e politicamente dividida, com muitos tendo aderido ao *status quo* branco.

Na América do Sul, o caso brasileiro será analisado adiante. Como foi dito, na Venezuela, Colômbia e Peru os negros constituíram uma minoria pouco numerosa e de influência menor. Um fenômeno interessante foi a fuga de escravos para países que não reconheciam a escravidão, como Uruguai e Argentina, onde se formaram comunidades negras, geralmente urbanas. Algo semelhante ocorreu no Canadá em relação a escravos dos Estados Unidos. Mais recentemente, além de receber imigrantes africanos, o Canadá recebeu grandes contingentes de afro-descendentes antilhanos, especialmente haitianos. Fenômeno semelhante ocorre nos Estados Unidos.

Após a conquista da África pelos europeus, o colonialismo criou a inevitável via de mão dupla, pois se muitos brancos iam para as colônias, inevitavelmente alguns trabalhadores negros, árabes, hindus e asiáticos iam para a Europa Ocidental. A Primeira Guerra Mundial assistiu a uma mobilização massiva, com soldados e trabalhadores sendo levados para a Inglaterra e a França. Após a Segunda Guerra Mundial, para colaborar na manutenção do Estado de Bem-Estar Social dos brancos e sua posterior Revolução Científico-Tecnológica, novamente foi retomado o fluxo de trabalhadores malremunerados para a Europa. Gradativamente, todos os

países passaram a ter expressivas comunidades africanas, o que também ocorreu nos Estados Unidos e no Canadá.

Hoje, ainda que discriminados, grandes nomes das artes e do esporte são africanos negros ou árabes do Magreb, além de constituírem um importante pilar da economia, realizando tarefas que os brancos julgam malremuneradoras. Mas muitos também se destacam na academia e nos negócios, e os milhões de africanos representam maioria em diversos bairros das grandes metrópoles em torno do Atlântico Norte. Formam uma comunidade numerosa e culturalmente integrada, devido à discriminação que sofrem. O presidente francês Sarkozy, quando reprimiu a revolta dos negros e árabes dos subúrbios das cidades francesas, referiu-se a eles de forma depreciativa, como o fez o *premier* conservador britânico Cameron em 2011, quando as periferias urbanas inglesas explodiram. Mas também é curioso que, com a globalização, bairros de comunidades negras de comerciantes podem ser encontrados na China (“*chocolate city*”), na Coreia do Sul e nas mais distantes regiões do mundo. Todavia, a grande diáspora africana está concentrada na margem atlântica das Américas e na Europa Ocidental.